

BRASÍLIA EM CENA

Performatividade antidemocrática nos atos de 8 de janeiro e os desafios à Agenda 2030

BRASÍLIA ON STAGE
Antidemocratic Performative Acts on January 8 and Challenges to the 2030 Agenda

Jorge Antônio de Oliveira Júnior¹

Resumo

Os ataques de 8 de janeiro de 2023 à Praça dos Três Poderes, em Brasília, ilustraram a tensão entre democracia e autoritarismo, revelando tanto a fragilidade quanto, em certa medida, a resiliência das instituições democráticas brasileiras. Este artigo analisa os fatores que culminaram nesses eventos — desinformação, mobilização bolsonarista e instrumentalização de símbolos nacionais — sob a perspectiva da Agenda 2030 e do ODS 16, que promove paz, justiça e instituições eficazes. Exploram-se a estética do ressentimento e a performatividade política como expressões de conflitos urbanos que transformaram o espaço público em palco de ações antidemocráticas. Por meio de uma análise crítica da teatralização política e do imaginário urbano, o texto reflete sobre os desafios à democracia brasileira e propõe o fortalecimento do espaço público e das instituições como resposta às dinâmicas de polarização e violência, conectando os princípios globais da Agenda 2030 aos esforços locais por uma sociedade mais inclusiva.

Palavras-chave: democracia, autoritarismo, Agenda 2030, estética do ressentimento, performatividade política.

Abstract

The January 8, 2023 attacks on the Praça dos Três Poderes in Brasília highlighted the tension between democracy and authoritarianism, revealing both the fragility and, to some extent, the resilience of Brazil's democratic institutions. This article examines the factors leading to these events — disinformation, Bolsonaro supporter mobilization, and the instrumentalization of national symbols — from the perspective of the 2030 Agenda and SDG 16, which promotes peace, justice, and strong institutions. It explores the aesthetics of resentment and political performativity as expressions of urban conflicts that turned public spaces into stages for antidemocratic actions. Through a critical analysis of political theatricality and urban imaginaries, the text reflects on the challenges to Brazilian democracy and proposes strengthening public spaces and institutions as responses to polarization and violence, linking the global principles of the 2030 Agenda to local efforts for a more inclusive society. Keywords: democracy, authoritarianism, 2030 Agenda, aesthetics of resentment, political performativity.

¹ Doutor (2024) e mestre (2017) pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB) e arquiteto e urbanista formado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG, 2011).

Introdução

Os ataques de 8 de janeiro de 2023 à Praça dos Três Poderes, em Brasília, marcaram um ponto de inflexão na história política recente do Brasil, evidenciando tensões profundas entre democracia e autoritarismo. Esses eventos, caracterizados pela violência e pela tentativa de subversão institucional, devem ser entendidos como parte de uma dinâmica mais ampla que envolve desinformação, radicalização política e mobilização em torno de narrativas antidemocráticas. Compreender a complexidade desse ataque exige uma análise da interação entre espaço urbano, estética e as disputas simbólicas que permeiam o cenário político brasileiro. Este artigo adota uma abordagem que explora como o espaço público urbano se configura como palco e arena de disputas políticas, conectando a análise aos desafios contemporâneos da democracia e da participação cidadã no Brasil.

A cidade, como destaca Massimo Cacciari (2010), é tanto cenário quanto protagonista das relações sociais, atuando como espaço de conflitos e negociações de poder. No Brasil, essas disputas estão profundamente vinculadas ao imaginário coletivo, que, segundo Gilbert Durand (1999), é formado por narrativas, símbolos e mitos que moldam percepções sociais e espaciais. Os ataques em Brasília ilustram como o imaginário pode ser manipulado para sustentar agendas excludentes e autoritárias. Ao mesmo tempo, a estética, entendida como “partilha do sensível” por Jacques Rancière (2009), emerge como um elemento crucial para reorganizar modos de ver, sentir e habitar o espaço urbano, expondo contradições e resistências à hegemonia capitalista e às hierarquias políticas.

O artigo examina a mobilização que resultou nos ataques à Praça dos Três Poderes, analisando a estética do ressentimento para interpretar a performatividade antidemocrática. Situada no escopo da Agenda 2030 das Nações Unidas, a análise enfatiza o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes), que propõe metas como a redução da violência, o fortalecimento do Estado de Direito, decisões inclusivas e instituições transparentes, essenciais para fortalecer a democracia (IPEA, 2019). Fundamentado na teoria do agonismo de Chantal Mouffe (2005), o texto posiciona o espaço público como uma arena de confronto legítimo entre visões de mundo, onde narrativas diversas disputam poder e visibilidade. No entanto, os atos de 8 de janeiro rompem com essa lógica agonística, ao buscarem a eliminação do dissenso e a imposição de uma ordem autoritária. Por meio dessas perspectivas, o artigo explora como a estética do ressentimento e a violência simbólica moldaram esses eventos, conectando-os às transformações sociais e políticas do Brasil e destacando a cidade como espaço político central onde conflitos entre democracia e autoritarismo se manifestam material e simbolicamente.

Janeiro de 2023: golpismo, fake news e crise democrática

As manifestações bolsonaristas que se intensificaram no Brasil após as eleições de 2022 culminaram no ataque à Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023. Esses atos, que incluíram invasões de prédios governamentais e atos de vandalismo, foram uma tentativa explícita de instigar um golpe militar para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, recém-eleito presidente do Brasil. O episódio expôs a fragilidade das instituições democráticas e as ameaças à estabilidade política no país, evidenciando a importância da Agenda 2030 das Nações Unidas. Este pacto global, adotado em 2015, estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) voltados para erradicar a pobreza, proteger o planeta e promover paz e prosperidade para todos. Entre esses objetivos, o ODS 16 é especialmente relevante neste trabalho, pois busca fortalecer o Estado de Direito e promover sociedades pacíficas, inclusivas e

resilientes, destacando a necessidade de instituições eficazes e justiça acessível como pilares fundamentais para a democracia.

O contexto desses eventos é marcado por uma série de fatores que remontam às eleições presidenciais de 2022, em que Jair Bolsonaro perdeu para Lula. No período eleitoral, Bolsonaro e seus apoiadores lançaram uma campanha massiva de desinformação, alegando, sem provas, que o sistema eleitoral brasileiro havia sido fraudado. Essas alegações foram amplificadas por grupos de extrema direita e disseminadas por meio de redes sociais, criando um clima de descrédito sobre a legitimidade do processo eleitoral. Tais ações contradizem metas como a 16.3 (IPEA, 2019), que visa fortalecer o Estado de Direito e garantir o acesso igualitário à justiça para todos.

Desde o dia 30 de outubro de 2022, quando o resultado das eleições foi anunciado, uma série de protestos começaram a tomar forma em diferentes partes do Brasil (Gragnani, 2022). Grande parte desses protestos foi composta por apoiadores de Bolsonaro que, incentivados por discursos de líderes do movimento, começaram a se reunir em frente a quartéis militares, exigindo uma intervenção militar com base em uma interpretação equivocada do artigo 142 da Constituição Federal². Essa interpretação, defendida pelos manifestantes, sustentava a ideia de que as Forças Armadas poderiam atuar como um “poder moderador” e intervir nos poderes constituídos para impedir a posse de Lula.

Com o passar do tempo, esses protestos foram ganhando força e se estruturando de maneira mais organizada, com a formação de acampamentos em frente a prédios do Exército, especialmente em Brasília. Os manifestantes montaram uma infraestrutura considerável nesses locais, incluindo barracas, tendas para alimentação, banheiros químicos e até mesmo palcos para a realização de discursos e arrecadação de fundos³. Uma característica notável desses acampamentos foi a presença de tendas equipadas com tecnologia de ponta, como computadores, geradores de energia e roteadores de internet, o que demonstra o nível de organização e a quantidade de recursos financeiros disponíveis dos manifestantes.

A narrativa da fraude eleitoral e a ideia de um golpe militar foram alimentadas por discursos incendiários nas redes sociais e em plataformas como o *Telegram* e o *WhatsApp*, onde vídeos e mensagens convocando os apoiadores de Bolsonaro para uma “resistência” contra o governo eleito circulavam amplamente⁴. Muitos desses apoiadores acreditavam que a única maneira de “salvar” o Brasil era através de um golpe militar, uma crença que refletia a retórica antidemocrática que permeou grande parte da campanha bolsonarista, resgatando o imaginário de 1964 e da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que evocava a defesa de uma moralidade tradicional e a suposta necessidade de intervenção militar para preservar a ordem e os valores conservadores.

Um dos momentos mais significativos no caminho para o ataque de 8 de janeiro foi a diplomação de Lula como presidente, em 12 de dezembro de 2022. Naquela noite, atos

² Redação da Câmara dos Deputados, 2020.

³ Essa ideia de ocupar como forma de protesto é recorrente, mas nesse caso deve ser examinada com cautela. Ocupação, no contexto dos protestos no Brasil, adquire diferentes significados a depender do grupo e do momento histórico. As ocupações realizadas pelos apoiadores de Jair Bolsonaro em 2022, em frente aos quartéis, tinham como objetivo contestar os resultados eleitorais e solicitar uma intervenção militar, evocando um discurso conservador e antidemocrático. Esse movimento contrasta com ocupações progressistas, como, por exemplo, as ocupações estudantis de 2016, que visavam resistir à reforma educacional proposta pelo governo e defender uma educação pública de qualidade, e o movimento “Ocupe Estelita”, no Recife, que mobilizou a sociedade civil em torno da luta contra a especulação imobiliária e pela preservação do Cais José Estelita, defendendo a cidade como um espaço de uso comum e democrático.

⁴ Folha de São Paulo, 2022.

de vandalismo tomaram conta de Brasília, com tentativas de invasão à sede da Polícia Federal e ataques a delegacias⁵. Esses episódios foram um prenúncio do que estava por vir. No entanto, as forças de segurança enfrentaram dificuldades em desmobilizar os manifestantes e desmontar os acampamentos nos dias que antecederam o ataque.

Em 7 de janeiro de 2023, cerca de 100 ônibus transportando apoiadores de Bolsonaro chegaram a Brasília, aumentando consideravelmente o número de manifestantes. Esses grupos vinham sendo convocados desde o início daquele mês por meio de redes sociais, e a tensão na capital do país estava em níveis alarmantes. Mesmo com a reunião de várias autoridades de segurança, incluindo representantes do governo federal e do Distrito Federal, a resposta das forças de segurança se mostrou insuficiente para conter o que estava prestes a acontecer.

No dia 8 de janeiro, uma multidão estimada em cerca de 4 mil pessoas marchou em direção à Praça dos Três Poderes (Teles; Godoy, 2023). Ao longo do caminho, os manifestantes foram escoltados pela Polícia Militar do Distrito Federal, o que gerou críticas posteriores sobre a possível leniência das autoridades locais. Quando chegaram ao Congresso Nacional, os invasores romperam as barreiras de proteção e começaram a depredar o prédio, quebrando vidraças, invadindo escritórios e danificando patrimônio público. O Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF) também foram invadidos, e imagens de manifestantes vandalizando esses locais rapidamente se espalharam pelas redes sociais.

A reação das forças de segurança foi lenta, e as imagens transmitidas ao vivo de policiais interagindo pacificamente com os invasores levantaram suspeitas de conivência (LIMA, 2023). Em resposta aos ataques, o presidente Lula, que estava em São Paulo no momento, decretou uma intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal e nomeou Ricardo Cappelli como interventor⁶. Essa medida permitiu que as forças federais assumissem o controle da situação, e ao longo das horas seguintes, a polícia começou a dispersar os manifestantes e prender centenas de envolvidos nos ataques. Os danos causados aos prédios públicos foram severos, não apenas em termos materiais, mas também simbólicos. Obras de arte de valor inestimável, como o painel de Athos Bulcão no Congresso Nacional e o relógio de pêndulo de Balthazar Martinot no Palácio do Planalto, foram danificados (Turtelli, 2023). Entre os atos de destruição, destaca-se o ataque à tela *As Mulatas* de Di Cavalcanti, esfaqueada durante a invasão. Esses gestos transcendem o mero vandalismo, evidenciando uma rejeição simbólica à representação oficial da nação. A destruição de ícones culturais, especialmente vinculados à estética modernista de Brasília, reflete uma dinâmica insurrecional que busca questionar e negar os valores e significados associados à identidade nacional consagrada nesses símbolos. A restauração desses bens culturais foi uma prioridade nos dias que se seguiram aos ataques.

Não é leviano dizer que o impacto político e social do 8 de janeiro ainda está sendo sentido no Brasil. Diversas investigações foram abertas para identificar os financiadores e organizadores dos ataques⁷, muitos dos quais estão ligados a setores do agronegócio e empresários apoiadores de Bolsonaro. Além disso, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) foi instaurada para investigar os atos de 8 de janeiro e apurar as responsabilidades das autoridades envolvidas, incluindo o ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, Anderson Torres, que foi preso logo após os ataques. Durante uma busca em sua residência, a polícia encontrou uma minuta de decreto que sugeria a

⁵ G1 DF, 2022.

⁶ O Globo, 2023.

⁷ BBC News Brasil, 2023..

possibilidade de instaurar um estado de defesa, uma medida que poderia ter sido usada para alterar o resultado das eleições.

As investigações também revelaram a participação de militares da reserva e de alguns membros das forças de segurança nos atos golpistas, levantando preocupações sobre a infiltração de elementos antidemocráticos nas instituições brasileiras. Em imagens divulgadas após os ataques, é possível ver membros do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), incluindo o general Gonçalves Dias, interagindo de maneira suspeita com os invasores dentro do Palácio do Planalto. Essas evidências resultaram na queda de Dias, acusado de leniência com os golpistas (Falcão, 2023), e reforçaram o debate sobre a necessidade de fortalecer mecanismos institucionais para prevenir tais violações.

A presença de agentes públicos coniventes com práticas antidemocráticas está intrinsecamente ligada à manipulação do imaginário social, que utiliza narrativas carregadas de emoção para enfraquecer a coesão social e promover a polarização. Por meio da distorção de fatos e da amplificação de medos e ressentimentos, essas estratégias criam divisões profundas entre grupos sociais, favorecendo um ambiente propício à violência simbólica e física. Essa dinâmica contraria diretamente os objetivos da Meta 16.1 (IPEA, 2019), que busca reduzir todas as formas de violência e fortalecer os vínculos sociais como pilares para sociedades mais pacíficas e inclusivas. A exploração emocional, frequentemente alimentada por desinformação e discursos de ódio, intensifica o antagonismo entre visões de mundo opostas, dificultando o diálogo e a construção de contextos harmônicos.

O ataque de 8 de janeiro de 2023 é frequentemente comparado à invasão do Capitólio dos Estados Unidos, ocorrida em 6 de janeiro de 2021, devido às semelhanças significativas em termos de motivação, organização e execução (Craveiro, 2023). Em ambos os casos, grupos radicalizados atacaram as instituições democráticas, expondo o impacto de narrativas polarizadoras, a fragilidade dos mecanismos de contenção à violência política e a urgência de abordar o ressentimento político para reforçar a confiança nos sistemas democráticos, conforme preconiza a Agenda 2030. No entanto, ao refletir sobre a existência de um sujeito político nesses casos, segundo a perspectiva de Jacques Rancière (2018), a resposta é intrincada. Para Rancière, o sujeito político é definido por sua capacidade de interromper a lógica consensual do poder, introduzindo um dissenso que redefine o espaço público e as relações sociais. Nas palavras do filósofo:

Um sujeito político não é um grupo que “toma consciência” de si, se dá voz, impõe seu peso na sociedade. É um operador que junta e separa as regiões, as identidades, as funções, as capacidades que existem na configuração da experiência dada, quer dizer, no nó entre as divisões da ordem policial e o que nelas já se inscreveu como igualdade, por frágeis e fugazes que sejam essas inscrições (2018, p. 51).

Portanto, o sujeito político não é uma entidade estática, mas uma figura que emerge quando a estrutura social dominante é desafiada. Nesse contexto, os participantes desses ataques podem não se enquadrar plenamente como sujeitos políticos. Embora seus atos representem uma ruptura com uma dada ordem, eles não criam um campo de visibilidade ou emancipação política, mas, ao contrário, reforçam uma lógica de exclusão e a manutenção de uma ordem antidemocrática. A recusa em aceitar a pluralidade democrática e o desejo de restaurar uma ordem hierárquica contradiz a noção de dissenso político produtivo que Rancière descreve. Assim, embora tenham exercido uma forma de contestação, os invasores não operaram dentro do campo da

emancipação política que caracteriza o sujeito político, mas sim em um antagonismo que visa a eliminação do dissenso legítimo.

Este episódio exemplifica o que Chantal Mouffe (2005) define como antagonismo, onde as diferenças políticas se transformam em um confronto irreconciliável, alimentado por uma divisão extrema e uma rejeição à legitimidade do outro. O uso estratégico de *fake news* intensificou esse antagonismo, distorcendo a realidade e promovendo uma reação emocional visceral contra as instituições democráticas, como os pedidos por intervenção militar e as alegações infundadas de fraude eleitoral. Esses elementos criaram um ambiente de hostilidade e desconfiança, aprofundando as tensões sociais e fragilizando os pilares democráticos. Superar essa lógica exige a construção de uma arena política inclusiva e representativa, alinhada à meta 16.7 da Agenda 2030 (IPEA, 2019), que busca garantir decisões responsivas, participativas e adequadas em todos os níveis. Como sugere Mouffe, uma democracia agonista requer o enfrentamento construtivo e pluralista dos conflitos, permitindo que diferentes posições coexistam sem que se recorra à violência ou à destruição institucional. A restauração da confiança nas instituições, o fortalecimento da participação cidadã e o combate à desinformação são, assim, passos indispensáveis para essa transformação.

Estéticas do ressentimento

A violência performática que se insere na estética dos protestos não é um fenômeno novo. Eugênio Bucci (2016, p. 104) destaca que, “assim como as guerras mais odiosas servem de insumo a obras-primas da literatura, desde o *Baghavad Gita*, texto sagrado do hinduísmo, ou a *Ilíada*, de Homero, as confluências, sobreposições e compartilhamentos de linguagem entre política e espetáculo (oratória, drama e teatralização) vêm, no mínimo, desde a Grécia antiga”. É difícil contestar que a política depende de uma teatralização performática, onde discursos e gestos são meticulosamente construídos para causar impacto. Esse fenômeno, de certa forma, atinge sua expressão mais intensa na era atual, onde a imagem e o espetáculo visual dominam a maneira como a política é percebida e compreendida.

O que Javier Cercas (2012) faz em *Anatomia de um Instante* exemplifica isso. Na obra, Cercas examina o golpe militar frustrado ocorrido na Espanha em 23 de fevereiro de 1981. Liderado pelo tenente Antonio Tejero, um grupo armado invadiu a câmara dos deputados com o objetivo de colocar o país sob controle militar, apenas seis anos após o fim da ditadura franquista⁸. Sob a mira de metralhadoras, quase todos os parlamentares obedeceram à ordem dos golpistas de se agacharem, exceto três figuras centrais: Adolfo Suárez, o general Gutiérrez Mellado e o líder comunista Santiago Carrillo, que permaneceram de pé em uma demonstração de resistência física e simbólica. Cercas explora como essa consciência de cena dos políticos, especialmente de Suárez, revelou a teatralidade inerente à política e, de certa forma, mudou o curso da história ao expor a fragilidade e o fracasso do golpe, que teve seu impacto multiplicado pela transmissão ao vivo das câmeras no local. Suárez, ao se manter de pé enquanto os tiros cruzavam o plenário, demonstrou uma compreensão da dimensão performática da política, revelando que a política é, em grande medida, uma questão de visibilidade e controle da narrativa.

⁸ Cercas descreve sua proximidade ao relatar que, nas palavras dele: “Falei com políticos, militares, guardas civis, espíões, jornalistas, pessoas que viveram na linha de frente da política durante os anos de transição do franquismo para a democracia e que conheceram Adolfo Suárez, o general Gutiérrez Mellado e Santiago Carrillo, além de pessoas que viveram o 23 de fevereiro nos locais onde se decidiu o desfecho do golpe” (traduzido pelo autor) (Cercas, 2012, p. 12).

Essa teatralização da política, conforme observado por Cercas, revela como gestos políticos assumem uma estética própria, carregada de simbolismo e transmitida globalmente pela mídia. Mas o que leva alguém a agir como Suárez? Quais sentimentos e motivações se entrelaçam no agir estético-político de um indivíduo em um momento de crise? Suárez, ao permanecer de pé diante de um golpe militar, estava ciente do impacto simbólico de sua ação. Contudo, o que define essa consciência? Em situações como essa, o indivíduo parece agir movido por uma complexa rede de emoções, como o medo, a coragem e a indignação, que se imbricam na sua percepção do que está em jogo. Muitas vezes, há uma consciência parcial dessa dimensão estética — o indivíduo entende que seu ato é também um gesto performático que dialoga com a história e com o imaginário coletivo. Bucci argumenta que esse fenômeno não está restrito ao passado ou a figuras históricas como Suárez. Na política contemporânea, fragmentos estéticos derivados da indústria do entretenimento são usados estrategicamente para construir suas imagens (Bucci, 2016, p. 107), tornando a política cada vez mais uma disputa pela atenção e pela imagem.

Contudo, a estética performática dos protestos no Brasil, especialmente a partir de 2013, também está profundamente enraizada em sentimentos de frustração e ressentimento. Pensar especificamente sobre ressentimento, de acordo com Maria Rita Kehl (2020, p. 9), é abordar uma “constelação afetiva que serve aos conflitos característicos do homem contemporâneo, entre as exigências e as configurações imaginárias próprias do individualismo e os mecanismos de defesa do eu a serviço do narcisismo”. A autora acrescenta que “ressentir-se significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer” (Kehl, 2020, p. 9) e, nesse contexto, torna-se importante analisar as estéticas das manifestações brasileiras sob essa perspectiva.

No contexto da cultura política brasileira, o ressentimento, segundo Kehl (2020, p. 22–25), se manifesta em dois aspectos principais. O primeiro está relacionado à herança do autoritarismo paternalista, que fomentou a expectativa de que os líderes políticos deveriam resolver todos os problemas da sociedade. Esse paternalismo criou uma passividade na população, que se vê mais como expectadora do que como agente ativa das transformações políticas. Assim, é comum surgirem cobranças ressentidas quanto ao que os governantes não fizeram, enquanto se espera passivamente que esses problemas sejam resolvidos. No entanto, é importante distinguir esse ressentimento conformista dos movimentos populares genuínos de reivindicação e luta, que envolvem uma participação ativa e engajada. Ao longo da história, especialmente durante o processo de redemocratização nos anos 1980, essa diferença ficou evidente, quando setores da sociedade que se beneficiaram das reformas econômicas acusavam os militantes sociais de ressentidos por insistirem em reparações de injustiças que não deveriam ser ignoradas.

O segundo aspecto do ressentimento político no Brasil decorre de um certo purismo presente na esquerda, aliado à falta de autocritica de alguns militantes, ainda de acordo com Kehl (2020, p. 22–25). Esses grupos tendem a externalizar a culpa pelas suas derrotas políticas, acusando os poderosos sem refletir sobre sua própria responsabilidade nos fracassos. Essa postura age como um disfarce em sua amargura sob uma pretensa superioridade moral. No entanto, tal atitude mantém o ressentido numa posição passiva e reativa, incapaz de transformar a realidade. Essa dinâmica é amplamente retratada na arte contemporânea, onde o personagem ressentido é construído como uma figura moralmente superior, silenciosamente acusadora, mas raramente questionada em sua própria integridade. Ou seja, estar ressentido cria a ilusão de estar automaticamente na posição de quem tem razão.

O ressentimento, aqui, deve ser compreendido de maneira distinta das formas tradicionais de opressão discutidas por autores como Giorgio Agamben (2007). Em regimes autoritários, o ressentimento pode vir da impossibilidade de agir contra a opressão, uma vez que os direitos são suspensos e a vida humana é reduzida à sobrevivência biológica, como ocorre na “vida nua” descrita por Agamben⁹. No entanto, nos protestos bolsonaristas e em manifestações que buscam desestabilizar o sistema democrático, esse ressentimento não se baseia em uma condição de opressão real, mas sim na percepção de que os manifestantes são vítimas de um sistema que os frustra. A frustração se origina, paradoxalmente, de expectativas não atendidas em um contexto democrático, onde as promessas de igualdade e representatividade não se concretizam conforme suas aspirações pessoais e políticas¹⁰. No caso das manifestações brasileiras, o ressentimento foi alimentado por expectativas não cumpridas em um regime democrático, onde a promessa de igualdade social e de melhorias em áreas como saúde e educação foi frustrada, gerando uma sensação de traição. Embora essas demandas fossem legítimas, elas foram manipuladas por forças políticas da direita, que canalizaram o sentimento de indignação gerado por questões como a reeleição de Dilma Rousseff em 2014.

Nesse cenário, a mistura entre política e espetáculo se intensifica, com a raiva e frustração dos manifestantes sendo expressas esteticamente, enquanto se percebem não como agentes de transformação, mas como vítimas de um sistema que os teria traído. Essa narrativa de vitimização, carregada de simbolismo e performatividade, contribui para a ampliação do ressentimento, em vez de promover mudanças estruturais. Desde as manifestações de 2013 até o ataque a Brasília em 2023, a estética dos protestos desempenhou um papel ímpar na sua visibilidade e mobilização. Elementos como bonecos infláveis gigantes, bandeiras, cores e vestimentas simbólicas se tornaram frequentes, refletindo a tentativa de garantir presença e ocupação dos espaços urbanos e tornando essa estética mais própria e característica desse tipo de manifestação ao longo dos anos.

Essa nova estética de confronto transcende o campo político e conecta-se com uma lógica de visibilidade global, como observado em protestos ao redor do mundo, incluindo os manifestantes tailandeses em 2014 que adotaram o gesto dos três dedos da série Jogos Vorazes. O desejo de visibilidade, mais estético do que ético, revela uma centralidade da imagem na política contemporânea. No entanto, o que se configura como um “desejo de ser visto” oculta uma tensão mais profunda: a transformação da frustração e da raiva em um ressentimento canalizado para pautas reacionárias, como a defesa de intervenções militares e o desrespeito às instituições democráticas, temas recorrentes nessas manifestações.

Para Kehl, o ressentimento nas democracias liberais emerge justamente na discrepância entre a promessa de igualdade e sua não realização prática. Os movimentos sociais que se originam desse ressentimento tendem a oscilar entre tentativas ativas de transformação social e manifestações reativas de insatisfação, como as que vimos

⁹ Giorgio Agamben explora como o Estado moderno coloca a “vida biológica” no centro de suas práticas, conectando-se a uma lógica antiga de poder sobre a vida e a morte, que ele chama de “vida nua”. Ele argumenta que essa gestão biopolítica da vida humana é uma atualização de um princípio arcaico de poder, no qual o Estado exerce controle sobre a vida desprovida de direitos, revelando a continuidade entre práticas modernas e antigas de dominação (Agamben, 2007, p. 14).

¹⁰ “O que dizer da frustração? É um dano imaginário. [...] A frustração não produz a passividade impotente e lamuriosa, característica do ressentimento; ao contrário, mobiliza uma intensa atividade reivindicativa: ‘A frustração é por si mesma o domínio das exigências desenfreadas e sem lei’, porque o objeto desse dano imaginário é um objeto real. Ao menos do ponto de vista fenomenológico, tais ‘exigências desenfreadas e sem lei’ não se parecem com as manifestações mais comuns do ressentimento. Na frustração, o objeto perdido é real, ‘por mais imaginária que seja a frustração’” (Kehl, 2020, p. 12).

no Brasil a partir de 2013. Porém, diferentemente dos movimentos insurgentes que lutam por mudanças estruturais, os protestos bolsonaristas carregam uma insatisfação passiva, que bloqueia a ação efetiva. O ressentimento político, ao ser alimentado por uma frustração constante e pela percepção de vitimização, impede que esses movimentos resultem em mudanças de fato, pois os manifestantes se mantêm em uma posição reativa, não propositiva. Esse ressentimento político pode gerar uma estética que expressa o sentimento de traição em relação à promessa de igualdade ou justiça não realizada, podendo-se cristalizar em uma forma marcada por uma ausência de futuro, onde os elementos simbólicos e visuais se tornam performáticos, mas vazios de conteúdo emancipatório real. Assim, a estética do ressentimento reflete uma reação à experiência de falência política, onde a ação parece estar sempre à beira de desaparecer, sem jamais se realizar completamente (Safatle, 2022).

Essa estética pode, então, ser compreendida como uma tentativa de reapropriação de uma autonomia perdida, mas que, tal como a autonomia estética descrita por Vladimir Safatle (2022, p. 31), não consegue superar a sensação de impotência diante das estruturas que a produzem. Pode-se falar de uma estética que molda comportamentos e práticas e, em certa medida, esses campos podem buscar uma autonomia em suas próprias lógicas operacionais. O ressentimento estético no campo político se articula pela reiteração de símbolos e performances que ecoam lutas passadas, mas que já não possuem a força transformadora original, pois estão desprovidas de um projeto efetivo de mudança (Kehl, 2020, p. 11). Em vez disso, tornam-se uma forma de expressão impotente que se repete incessantemente, como uma reação que busca visibilidade, mas não encontra meios para efetivar uma ruptura.

Esse tipo de ressentimento é fundamental para entender as mobilizações recentes no Brasil. Os manifestantes, ao se identificarem como vítimas de uma conjuntura que os oprime — mesmo sem operarem em condições de subordinação —, constroem uma narrativa de vitimização que legitima suas ações de resistência ao que percebem como um sistema injusto. Isso é evidente nas manifestações pós-impeachment, nas quais o discurso de que os “cidadãos de bem” estavam sendo prejudicados por um governo corrupto e ineficaz foi intensamente promovido. O ressentimento dessas pessoas, então, é canalizado para uma raiva direcionada contra instituições democráticas, que culmina em atos violentos e em apelos por soluções autoritárias.

Nesse sentido, o ressentimento político se torna uma força que impede o avanço democrático. A dinâmica paternalista, que gerou “a expectativa popular de que os líderes tenham o poder e a obrigação de ‘resolver’ os problemas que afligem a sociedade” (Kehl, 2020, p. 22), caracteriza parte da política brasileira e alimenta uma frustração. A igualdade é vista como uma concessão dos poderosos, e não como uma conquista popular e, assim, o ressentimento assume um caráter profundamente passivo: em vez de lutar por uma transformação real, os manifestantes esperam que as mudanças venham como dádivas, perpetuando uma narrativa de subordinação e vitimização. Isso explica por que muitas das mobilizações pró-impeachment e bolsonaristas, apesar de seu impacto visual e simbólico, não resultaram em transformações estruturais concretas. Assim, uma outra estética dos protestos, que vai desde as manifestações pró-impeachment até os atos bolsonaristas, se mostra como uma estética construída sobre as bases desse ressentimento. Ela se expressa por meio de uma raiva difusa e performática, mais voltada para o espetáculo e a visibilidade do que para a articulação de uma agenda política consistente. Os indivíduos, presos em uma narrativa de queixa constante, alimentam uma frustração contínua, sem, no entanto, gerar movimentos que promovam uma verdadeira transformação social.

Forma-limite: a escalada violenta em Brasília

A sociedade brasileira carrega, de maneira muitas vezes velada, um profundo ressentimento que permeia suas relações sociais e políticas. Maria Rita Kehl, em suas análises, identifica esse sentimento como um elemento estrutural que influencia o comportamento coletivo no país. Segundo a autora, embora haja uma aparência de alegria e festividade, impulsionada pelo imperativo da cordialidade e pelo apelo a um “país pra frente”, o ressentimento se manifesta em ironias sutis, queixas constantes e na tendência de culpar um “outro” pelas mazelas sociais. O sujeito ressentido passa a ver o mundo como um lugar injusto, onde ele é constantemente prejudicado, o que pode criar uma postura de permanente antagonismo e desconfiança. Esse sentimento é resultado de uma dificuldade histórica em reconhecer-se como agente de mudança, fruto da já citada herança paternalista que mantém a população em posição de dependência frente às autoridades (Kehl, 2020, p. 185).

A falta de enfrentamento dos traumas passados, como os crimes cometidos durante a ditadura militar, exemplifica essa dinâmica. Diferentemente de outros países latino-americanos que julgaram seus torturadores, o Brasil optou pelo esquecimento e pela anistia, reforçando um ambiente de tolerância com abusos atuais (Kehl, 2020, p. 185–186). Esse esquecimento impede a elaboração do luto coletivo e mantém o ressentimento latente, influenciando negativamente a capacidade de mobilização e de transformação social. O ressentimento, quando não reconhecido e elaborado, torna-se corrosivo, afetando, além do indivíduo, o tecido social. Ele alimenta uma visão distorcida da realidade, onde o sujeito se vê constantemente prejudicado e injustiçado, levando, em casos extremos, à violência. Esse sentimento pode ser instrumentalizado por movimentos populistas e extremistas, que canalizam a frustração coletiva em discursos de ódio e ações antidemocráticas.

Suely Rolnik, ao descrever como as forças capitalistas capturam e exploram as energias vitais e criativas dos sujeitos, transformando-as em ferramentas de dominação, ajuda a compreender como as manifestações pró-Bolsonaro exemplificam o desvio dessas energias de um potencial criativo transformador para reações destrutivas e violentas. Em vez de promover mudanças positivas, essas manifestações expressam uma subjetividade alienada, que recorre à violência como resposta à frustração política (Rolnik, 2018, p. 39). Esse poder das práticas destrutivas, especialmente em momentos de crise política e social, é sustentado por uma lógica que prioriza a crença emocional e simbólica em líderes ou ideais, deixando a racionalidade em segundo plano, como afirma Slavoj Žižek (2015, p. 26–27). Nesses contextos, os indivíduos se submetem a sacrifícios sem questionamento, aderindo a uma servidão voluntária em nome de uma missão percebida como “superior”. Essa submissão emocional, que muitas vezes renuncia aos interesses pessoais e ignora a crítica racional, estabelece um vínculo entre o sujeito e o poder, em que a entrega emocional prevalece sobre a reflexão crítica.

Essa forma de subordinação, comumente vista em regimes fascistas, permite que o poder simbólico seja materializado através de atos e rituais que reforçam a lealdade e a devoção ao ideal ou líder (Žižek, 2015, p. 29). A ausência de racionalidade é não apenas ignorada, mas convertida em uma virtude dentro desse sistema, onde o questionamento seria visto como uma ameaça à coesão emocional do grupo. A crença absoluta no líder ou na causa torna-se o elemento central que organiza as ações dos seguidores, levando-os a praticar atos destrutivos e a se sacrificar em nome de uma causa que é percebida como inquestionável. Essas práticas refletem uma rejeição à complexidade e às soluções racionais, sendo substituídas por uma obediência cega a um poder que não precisa justificar suas demandas.

Nesse contexto, destaca-se a urgência de fortalecer instituições eficazes e responsáveis, conforme a meta 16.6 da Agenda 2030 (IPEA, 2019), que enfatiza a ampliação da transparência e da *accountability* em todos os níveis. Ao criar barreiras institucionais contra a manipulação emocional e o autoritarismo, essa meta oferece um caminho para conter dinâmicas destrutivas e reforçar o diálogo racional e democrático. Ao invés de debater ou buscar alternativas construtivas, os seguidores, movidos por forças emocionais continuamente reforçadas por rituais ideológicos, consolidam um ambiente em que o sacrifício e a violência se tornam ferramentas legítimas de expressão, evidenciando a necessidade de estruturas institucionais sólidas para reverter esse quadro.

Dessa maneira, o ressentimento social, exacerbado pelo neoliberalismo, prende os indivíduos em uma lógica de impotência e frustração, onde as possibilidades de ação construtiva são bloqueadas. Dessa maneira, o sujeito ressentido, de acordo com Kehl (2020, p. 161–162), alienado de sua própria capacidade de agir politicamente, torna-se vulnerável à manipulação que transforma sua energia em violência. A destruição, como nos ataques em Brasília em 2023, vem não como uma expressão de resistência criativa, mas como o reflexo de uma subjetividade capturada e esvaziada, incapaz de reconfigurar a realidade de forma positiva. Essa ideia se justifica sobretudo pelo fato de que Bolsonaro, ícone maior do grupo de pessoas que invadiu a capital federal, é, nas palavras de Kehl, “um dos mais escandalosos ressentidos contra a grande repercussão favorável ao trabalho da Comissão da Verdade” (2020, p. 204)¹¹. Logo, atos criminosos como esses que ocorreram em Brasília podem ser pensando enquanto uma forma-limite desse ressentimento.

A forma-limite do ressentimento, manifestada nos ataques violentos em Brasília, representa o esgotamento de qualquer possibilidade de transformação construtiva, atingindo um ponto onde a energia vital do sujeito, já completamente capturada e manipulada, se expressa de forma destrutiva e autossabotadora. Trata-se de uma subjetividade que, em sua alienação, não encontra mais caminhos para reconfigurar sua realidade e, assim, recorre à violência como último recurso de expressão. Esse limite é marcado pela incapacidade de articular um projeto político criativo ou de resistência que, de fato, questione as estruturas de poder vigentes. Ao contrário, o sujeito ressentido, completamente imerso em um ciclo de frustração, é conduzido a destruir aquilo que ele julga ser o obstáculo à sua sobrevivência, sem perceber que está sendo utilizado como peça de uma engrenagem maior que perpetua sua própria impotência. A forma-limite do ressentimento reflete, assim, a total submissão à impotência, onde a violência não é mais um meio, mas o fim em si mesma, consolidando a alienação e o vazio político. Esse ciclo de ressentimento pode ser observado de maneira emblemática na gestão da pandemia de COVID-19 pelo governo Bolsonaro. Suas ações — ou a ausência delas —, deixando milhares de pessoas desassistidas, refletem a indiferença à vida

¹¹ Contextualizando: a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada em 2011 com o objetivo de investigar violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). A comissão focou principalmente em crimes como tortura, desaparecimentos forçados e execuções, cometidos por agentes do Estado. Embora o relatório final da CNV, publicado em 2014, não tivesse poder punitivo, ele foi uma importante ferramenta para o reconhecimento e a reparação simbólica das vítimas, promovendo a memória e a verdade sobre o regime militar. No entanto, o trabalho da comissão gerou reações adversas em setores ligados às Forças Armadas e aos defensores da ditadura. Um dos mais notórios críticos foi Jair Bolsonaro, então deputado federal, que expressou ressentimento em relação à repercussão positiva da CNV. Em 2014, durante uma audiência pública em Brasília sobre torturados e desaparecidos políticos, Bolsonaro homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, conhecido por ser um dos mais violentos torturadores da ditadura. Essa atitude foi uma tentativa de deslegitimar o trabalho da CNV e proteger a memória dos militares envolvidos na repressão, além de suscitar a questão sobre o receio de que figuras como Bolsonaro, que frequentemente exalta o regime militar, tenham que esse processo de revelação possa eventualmente atingi-los diretamente (Barba; Wentzel, 2016). Cf. cnv.memoriasreveladas.gov.br

humana como parte desse processo de violência (Brum, 2021). As políticas adotadas, como a negação da ciência e a demora na compra de vacinas, demonstram que a destruição, aqui, não é direcionada a um propósito político construtivo, mas sim uma manifestação final de impotência e alienação. A violência, neste caso, manifesta-se no abandono e na inação, consolidando-se também como um fim em si mesma, reforçando o ciclo de ressentimento e a perpetuação do caos sem a intenção de transformação social. Ou seja, a gestão da pandemia por Bolsonaro pode ser interpretada como uma manifestação desse ressentimento em escala governamental.

Para Žižek, o sujeito, ao se submeter a uma lógica autoritária, não age por convicção política genuína, mas por um gozo obscuro e autodestrutivo, uma forma de satisfação perversa em obedecer a uma lei que ele próprio não entende nem internaliza de maneira consciente. Segundo o autor:

A despsicologização significa que o sujeito se vê confrontado com uma cadeia significativa inerte, não dialetizada, em que falta o bastamento, ou seja, que não capta o sujeito de maneira performativa: o sujeito preserva uma certa relação de exterioridade. Essa despsicologização, portanto, só faz destacar a exterioridade originária e irreduzível da ordem significativa no sujeito; além disso, isso também explica a maneira como o discurso fascista capta e subjuga seus súditos: justamente, na medida em que ele é despsicologizado, sua lei adquire a forma de uma injunção não dialetizada, incompreendida, absurda, e surge como um texto que de modo algum permite ao sujeito reconhecer ali a riqueza afetiva de seus anseios, ódios, temores etc. (Žižek, 2015, p. 31).

As pessoas que atacaram e violaram os prédios da Praça dos Três Poderes em Brasília podem ter agido sob a lógica descrita pela “despsicologização”. Isso significa que muitos dos indivíduos envolvidos nesses atos não necessariamente foram capturados por um discurso emocional forte ou por uma paixão política autêntica, mas sim subjugados por uma ideologia que funcionava como uma imposição vazia. Esse discurso não estabeleceu uma conexão afetiva ou racional com os sujeitos, mas, mesmo assim, conseguiu exercer um poder sobre eles, levando-os a agir de maneira automática e alienada.

O que pode ter ocorrido é que, em vez de se sentirem emocionalmente engajados ou conscientes dos motivos reais por trás de suas ações, muitos desses indivíduos foram empurrados por uma “lei” social que lhes foi imposta sem que compreendessem plenamente o porquê. O discurso autoritário que cercava esses atos funcionava como um imperativo, uma ordem incompreendida, mas poderosa, que exigia deles um comportamento destrutivo e sem reflexão crítica. Eles estavam, de certo modo, desconectados da lógica interna e dos significados que deveriam legitimar suas ações, mas ainda assim obedeciam a essa força coercitiva. Eles seguiram as ordens, talvez por medo de exclusão ou simplesmente por estarem imersos em um ciclo de obediência cega, onde os rituais e a performance violenta pareciam justificar-se por si só, resultando em uma forma de ação alienada sem que eles sequer compreendam a profundidade daquilo que estão replicando.

A violência que emerge dessa forma-limite do ressentimento, como dito, não carrega em si um potencial de transformação criativa ou emancipatória, mas apenas o vazio de uma subjetividade esvaziada e instrumentalizada. Ao se distanciar da ética, qualquer análise que busque estetizar esses atos corre o risco de neutralizar a gravidade de suas consequências e, pior, de transformar a destruição em um espetáculo, desconsiderando os danos reais que ela provoca e a manutenção das dinâmicas de

opressão que alimentam tais explosões de violência.

A análise de Javier Cercas sobre o golpe fracassado de 1981 na Espanha, no qual setores militares tentaram derrubar a democracia recém-restaurada, mostra que esse golpe, ao invés de destruir o regime democrático, acabou fortalecendo-o. A tentativa de subversão gerou um efeito inesperado: despertou a opinião pública espanhola para o valor da democracia, até então subestimado ou negligenciado. Ao serem confrontados com a possibilidade real de perdê-la, a sociedade e as instituições se uniram em defesa do regime democrático, consolidando-o de forma mais robusta do que antes.

No Brasil, o ataque às sedes dos três poderes, embora realizado em um contexto diferente e com motivações distintas, ecoa lições semelhantes. A tentativa de subversão liderada por extremistas, que buscavam desestabilizar o governo recém-eleito de Luiz Inácio Lula da Silva, fracassou em seus objetivos. Assim como na Espanha, o fracasso dos golpistas ressaltou a importância das instituições democráticas e mobilizou uma reação firme da sociedade e das autoridades. A resposta rápida das instituições brasileiras, aliada ao apoio internacional, foi fundamental para transformar uma crise em um momento de reafirmação da democracia, fortalecendo-a em meio à adversidade. A restauração das estruturas danificadas foi rápida e eficiente, como exemplificado pela reconstrução do plenário do STF em apenas três semanas, sob a liderança da ministra Rosa Weber (Santi, 2024). Esse esforço não foi apenas físico, mas carregou um peso simbólico profundo: a reconstrução imediata dos espaços demonstrou a resiliência das instituições diante de uma tentativa de desestabilização. A mensagem transmitida foi clara: a destruição material não seria capaz de minar os princípios democráticos que sustentam o Brasil. No Senado, a pressa em restaurar as instalações também refletiu o compromisso com a continuidade institucional e a preservação da democracia. Embora vidros, obras de arte e móveis tenham sido destruídos, o foco na recuperação dos espaços simbolizou mais do que reparação material, reafirmação, sobretudo, de que os valores democráticos permanecem intactos.

Embora o sistema capitalista pareça limitar a capacidade da sociedade de imaginar novas formas de viver, ainda é possível vislumbrar caminhos que desafiem essa captura, orientados pelos princípios da Agenda 2030. Esses princípios, alinhados ao ODS 16, destacam o fortalecimento das instituições democráticas como fundamento para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e resilientes. No entanto, é crucial reconhecer que essa visão, embora inspiradora, não abarca todas as complexidades políticas e sociais envolvidas. A continuidade da democracia, por si só, não garante seu funcionamento ideal, já que persistem desafios como desigualdade social, falta de representatividade e a necessidade urgente de reformas políticas. Expressões como “manutenção crítica da democracia”, “resistência institucional diante de desafios latentes” e “afirmação democrática com vistas a reformas estruturais” ajudam a articular a dualidade entre valorizar as respostas institucionais e reconhecer a necessidade de mudanças para tornar o sistema democrático mais inclusivo e eficaz. Assim, preserve-se uma visão esperançosa, sem ignorar os obstáculos que precisam ser superados para o aprimoramento da democracia no Brasil.

Conclusão

Os ataques de 8 de janeiro de 2023, em Brasília, ilustram a complexidade das dinâmicas de protesto no Brasil contemporâneo, evidenciando como as instituições democráticas podem ser simultaneamente fragilizadas e fortalecidas em contextos de crise. Esses eventos revelaram tanto a tensão entre uma estética de resistência e sua captura pelo autoritarismo quanto o papel essencial das estruturas institucionais na contenção de forças antidemocráticas. Nesse contexto, os princípios da Agenda 2030, especialmente

o ODS 16, emergem como uma bússola ética e prática para enfrentar tais desafios, ao propor o fortalecimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes como base para sociedades mais inclusivas e resilientes.

Nesse cenário, a performatividade política, ao invés de reorganizar sentidos e criar possibilidades de novas subjetividades políticas, foi utilizada para reforçar narrativas de controle e exclusão, esvaziando o potencial emancipatório dos protestos. Contudo, a resposta institucional eficiente, exemplificada pela rápida reconstrução física e simbólica das sedes dos Três Poderes, demonstrou que a democracia brasileira possui mecanismos de resiliência. Para evitar a repetição de episódios semelhantes, é urgente enfrentar as causas estruturais do ressentimento político, promover políticas públicas que combatam a desinformação e garantir espaços públicos mais pluralistas, alinhados à lógica agonística de Chantal Mouffe.

Assim, os eventos de janeiro de 2023 não devem ser vistos apenas como um ponto de ruptura, mas como uma oportunidade para reflexão e transformação. Reconfigurar o espaço público como um campo legítimo de disputas produtivas exige a revitalização do caráter insurgente e democrático dos protestos, prevenindo sua captura pelo capital ou por lógicas autoritárias. A resiliência democrática não reside apenas na sua capacidade de resistir a crises, mas na habilidade de se reinventar, construindo uma sociedade mais inclusiva e responsiva às demandas de seus cidadãos, como preconizado nos princípios da Agenda 2030.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. *Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação*. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 10 out. 2024.
- BBC NEWS BRASIL. *Por que Alexandre de Moraes mandou soltar Anderson Torres após quase 4 meses na prisão*. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c10qrrv9j3po>. Acesso em: 24 out. 2024.
- BRUM, Eliane. *Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”*. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>. Acesso em: 23 out. 2024.
- BUCCI, Eugênio. *A forma bruta dos protestos: Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CACCIARI, Massimo. *A cidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili SL, 2010.
- CERCAS, Javier. *Anatomia de um instante*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2012.
- CORDEIRO, Janaína Martins. *A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964*. *Revista de História, [S. l.]*, n. 180, p. 1–19, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167214.

CRAVEIRO, Rodrigo. *Comunidade internacional condena o "Capitólio brasileiro"*. 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/01/5064614-comunidade-internacional-condena-o-capitolio-tupiniquim.html>. Acesso em: 24 out. 2024.

DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Difel, 1999.

FALCÃO, Tainá. *Após vídeos revelados pela CNN, Gonçalves Dias pede demissão do GSI*. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-videos-revelados-pela-cnn-goncalves-dias-pede-afastamento-do-gsi/>. Acesso em: 24 out. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. *TSE dá ordens em série para derrubar grupos golpistas que se multiplicam nas plataformas*. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/tse-da-ordens-em-serie-para-derrubar-grupos-golpistas-que-se-multiplicacao-nas-plataformas.shtml>. Acesso em: 24 out. 2024.

G1 DF. *Bolsonaristas radicais tentam invadir prédio da PF e incendeiam carros e ônibus em Brasília; vias são bloqueadas*. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/12/bolsonaristas-radica-is-depredam-carros-em-frente-ao-predio-da-policia-federal-no-df.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2024.

GRAGNANI, Juliana. "Não vamos parar": a reação de grupos bolsonaristas nas redes ao discurso de Bolsonaro. *BBC News Brasil*, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63480237>. Acesso em: 24 out. 2024.

IPEA. *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes*. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods16.html>. Acesso em: 10 jan. 2025.

KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

LIMA, Pedro Valente. *Autoridades brasileiras investigam eventual convivência da polícia nos tumultos - Renascença*. 2023. Disponível em: <https://rr.sapo.pt/noticia/mundo/2023/01/09/autoridades-brasileiras-investigam-eventual-convivencia-da-policia-nos-tumultos/315067/>. Acesso em: 26 out. 2024.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, [S. l.], n. 25, p. 11–23, 2005. DOI: 10.1590/S0104-44782005000200003.

O GLOBO. *Lula decreta intervenção federal na segurança do Distrito Federal*. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/lula-decreta-intervencao-federal-no-distrito-federal.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2024.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: Estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 2018.

REDAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Câmara emite parecer esclarecendo que artigo 142 da Constituição não autoriza intervenção militar - Notícias*. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/667144-camara-emite-parecer-esclarecendo-que-artigo-142-da-constituicao-nao-autoriza-intervencao-militar/>. Acesso em: 24 out. 2024.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SAFATLE, Vladimir. *Em um com o impulso*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

SANTI, Maurício De. *8 de janeiro - Democracia Restaurada*. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/reportagem-especial/2024/01/04/8-de-janeiro-democracia-restaurada>. Acesso em: 10 out. 2024.

TELES, Levy; GODOY, Marcelo. *Extremistas bolsonaristas articulavam invasão de sedes dos três Poderes nas redes desde 3 de janeiro*. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/extremistas-bolsonaristas-articulavam-invasao-de-sedes-dos-tres-poderes-nas-redes-desde-3-de-janeiro/>. Acesso em: 26 out. 2024.

TURTELLI, Camila. *Ministro mostra obras de arte do Planalto destruídas por terroristas [08/01/2023]*. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/terroristas-destroem-obras-de-artes-no-planalto-mostra-ministro.htm>. Acesso em: 26 out. 2024.

ŽIŽEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.